

# Estado e Educação

## Integração na diversidade

REGINA DE ASSIS \*

Ítalo Calvino, em sua bela obra *As cidades invisíveis*, afirma que a cidade é feita das relações entre as medidas de seu esforço e os acontecimentos do passado. Desta maneira, ela não conta o seu passado, mas "o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras". Assim também as escolas da cidade contam o que se fez e faz em Educação. Espaços que refletem as concepções de vida, celebrando a riqueza da diversidade cultural expressa em diferentes desenhos arquitetônicos, nos quais a natureza é integrada aos desejos de grupos sociais distintos.

Enquanto instituição, a escola pode ser considerada como estatal, privada e pública. No primeiro caso, uma visão absolutista e autoritária pode outorgar exclusivamente ao Estado o direito de centralizar a gestão, desde o uso do orçamento público ao projeto arquitetônico, passando pela política educacional. A escola privada, cujo lugar está consagrado em sociedades democráticas, atende a opções determinadas por interesses de grupos variados.

A escola pública, como a entendemos no Rio, é responsabilidade do poder legitimado pelo voto, mas sua concepção e gestão devem ser objeto de constante discussão democrática com os que a fazem funcionar e com seus usuários. Portanto, desde as decisões a respeito do emprego de verbas públicas voltadas para sua construção, manutenção e gestão até à política educacional que define um núcleo curricular básico e suas múltiplas formas de aplicação, tudo deve passar por diálogo e avaliações.

O chamado projeto moderno que concebe cidades, hospitais, parques ou escolas, em inúmeras circunstâncias vividas neste país, tem-se preocupado mais com a aparência do que com quem vive, trabalha, estuda e até dança nestes monumentos. Escolas, como cidades, podem ter projetos felizes ou infelizes, com professores, alunos, suas famílias e cidadãos responsáveis chegando a ser presa fácil de um simulacro em nome da responsabilidade estatal pela educação. Escolas também são obrigadas muitas vezes a ser todas iguais na arquitetura e em sua gestão, evitando o que verdadeiros educadores como Célestin Freinet preconizavam, isto é, o reencontro com a vida como o fato mais importante de qualquer pedagogia.

Freinet, em obra imortal em seu país de origem, a França, ou em qualquer outro lugar como esta cidade, tampouco se esqueceu ou menosprezou a questão elementar para os educadores, de considerar professores e diretores de escolas como os elementos centrais na obtenção do êxito pedagógico de boas propostas educacionais.

O Rio, através de sua Secretaria de Educação, respaldada pela vontade política do prefeito César Maia, tem exercido na administração de suas 1.032 unidades escolares, na maior rede municipal da América Latina — composta por 894 escolas regulares, 105 Cieps, 35 Casas da Criança e o Centro Vocacional Tia Ciata —, o dever de respeitar a diversidade, embora buscando responsabilmente uma unidade de ação pedagógica.

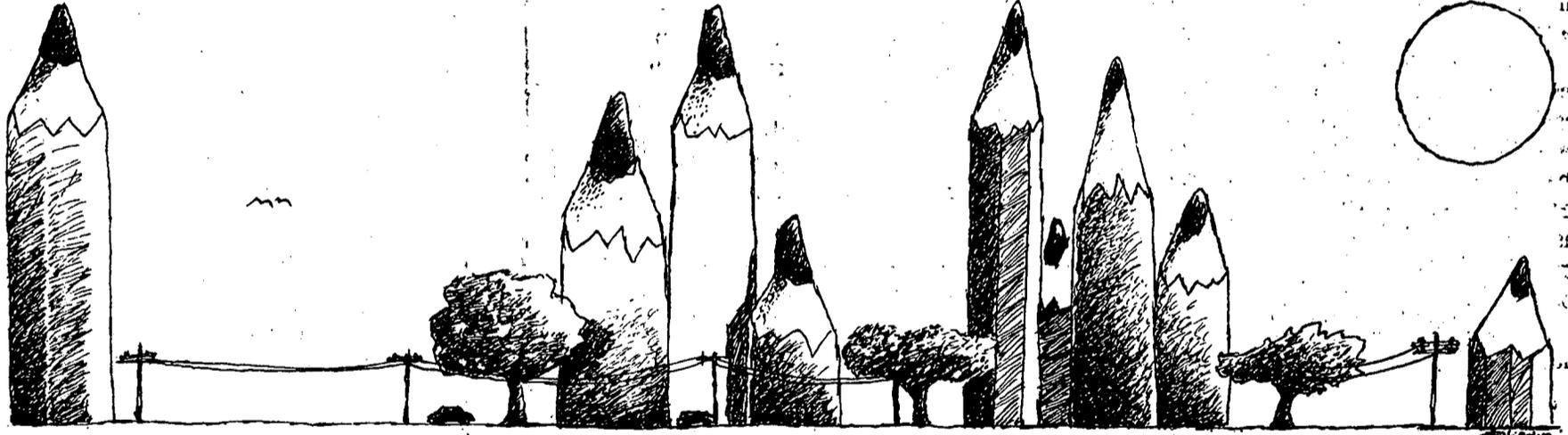
Por isto, coloca prioritariamente como objetivos centrais de seu trabalho a qualificação continuada e crescente de seus 35 mil professores em serviço, de modo a favorecer a interação e integração dos profissionais; a recuperação constante dos níveis salariais e a definição de um plano de carreira que valorize o tempo de serviço e o aperfeiçoamento constante. Coloca também como ponto central a proposta multieducação, a ser discutida e aperfeiçoada amplamente este ano e implantada em 1995.

Prioritária também é a avaliação externa que está sendo exercida por instituições reconhecidas publicamente, como o Inep do MEC, através do Sistema de Avaliação do Ensino Básico, que apresentará os primeiros resultados sobre a qualidade pedagógica da rede em maio do corrente ano. Além disso, na mesma época, o Prodeman da Uerj apresentará os resultados de um levantamento feito junto aos usuários das escolas municipais, isto é, famílias e responsáveis, acerca da avaliação que fazem de nossos serviços educacionais.

O processo de matrícula de nossa rede foi cumprido com eficiência e consideração pelas necessidades das famílias dos 124.707 novos alunos matriculados, dentre eles 15.488 provenientes de escolas particulares. O planejamento para atender com mais professores a esta demanda vem sendo cumprido através da adoção da dupla regência, da chamada de concursados em 92 e de propostas para novos concursos.

O plano de recuperação inicial de 88 escolas segue com intensidade, sendo que 42 delas já foram entregues após um ano de administração. Ao final de um ano de trabalho, prestamos contas publicamente de nossa política educacional e dos projetos em andamento. Seria de todo desejável que os responsáveis por outras propostas, como a dos Cieps do Estado, apresentassem à população, aos usuários de suas escolas e respectivos corpos docentes, sem demagogia, os resultados das avaliações externas de sua produtividade, indicando claramente as agências que o fazem. Após dez anos de emprego de verbas públicas na padronização de uma proposta, isto é o mínimo que se espera num ano eleitoral. O máximo seria uma considerável dose de humildade e prudência, características de educadores que conhecem verdadeiramente os riscos, alcances e limites de seu ofício.

\* Secretaria municipal de Educação do Rio de Janeiro.



## O Unicef e o Brasil

LUIZ HENRIQUE LIMA \*

O Unicef publicou em 1993 um importantíssimo documento intitulado *O Progresso das Nações*, lamentavelmente pouco divulgado e comentado na imprensa brasileira. O relatório introduz uma inovação face aos tradicionais documentos da entidade. Ele procura avaliar o desempenho das nações não apenas sob a ótica estritamente econômica, mas considerando também critérios de bem-estar e qualidade de vida da população, especialmente das crianças.

Como todo brasileiro, assim que pus as mãos no relatório, corri os olhos pelas diversas tabelas para verificar os dados sobre o nosso país. Difícil descrever meus sentimentos. Incredulidade, vergonha, indignação, revolta, tristeza, tudo isso e mais um pouco. Afinal, ali encontra-se estampada a miséria de nosso povo e a miséria moral de nossas elites.

O primeiro quadro, como não poderia deixar de ser, trata da vida. A seguir, os indicadores de nutrição, saúde, educação etc. de 112 nações. Em todos os casos, busca-se relacionar o índice do país e a sua evolução recente com o seu grau de desenvolvimento econômico, obtendo-se uma avaliação relativa do grau de atenção que aquele assunto merece da sociedade nacional. Não sendo meu propósito condensar o relatório, massosamente comentar seus

aspectos mais chocantes para nós, limitar-me-ei a falar de dois indicadores.

O índice de mortalidade infantil do Brasil, embora 31% inferior à média mundial, é 24% superior à média da América do Sul, onde só é superado pelo Peru e da Bolívia. Contudo, quando se considera a variação entre o índice real e o índice esperado, tendo em vista a dimensão da economia de cada país, caímos para a última posição do continente e uma das 15 piores do mundo. Para se ter uma idéia essa variação: ela é de 36 negativos aqui, de 22 positivos no Paraguai, 47 em Cuba, 63 na Nicarágua e 116 no Vietnã. Por outro lado, quando se observam os progressos alcançados na redução da mortalidade infantil na década de 80, novamente subimos ao pódio da última colocação de todas as Américas, com 26% a menos de óbito, contra, por exemplo, uma redução de 62% no México.

Mas são os indicadores relativos à educação os mais impressionantes, pois revelam não só a miséria do presente, mas também a miséria do futuro, num mundo onde o conhecimento e a tecnologia tornam-se cada vez mais preciosos. A Unicef considerou a porcentagem de crianças que conseguem completar ao menos quatro anos de estudos primários. Desta vez, além do último lugar na América do Sul — e na Central superamos apenas o Haiti — nosso país situa-se 40% abaixo da média mundial, ostentando um dos 20 piores índices de escolaridade do planeta. Nossa marca em educação é cerca de metade da do Panamá, e menos do que isso em relação a Costa Rica, Cuba, Uruguai e Jamaica. Perdemos em comparação a todas as nações do Pacífico, inclusive a Tailândia e a Papua-Nova Guiné, com a

única exceção do Laos. Ficamos atrás do Sri Lanka, da Índia e de Bangladesh, bem como de todo o mundo árabe, do Marrocos e do Sudão até a Turquia e o Irã. Na África, superamos por pouco as antigas colônias portuguesas, além de países que vivem situações como a Somália e a Etiópia. Entretanto, nossos índices envergonhariam o Zimbábue ou as ilhas Maurício e são ultrapassados por 18 outras nações como Zaire, Senegal, Congo, Camarões, Togo, Zâmbia e Nigéria. Reparem que não me aventurei a cotejar nosso desempenho com o dos países do chamado Primeiro Mundo.

O dado mais dramático de todos relaciona o índice de escolaridade com o PNB per capita de cada país. O Brasil ostenta a pior posição em todo o mundo!

Como imaginar o desenvolvimento do país, seja pelo viés neo-conservador ou pelo progressista, nestas condições? Como dar competitividade à economia e garantir emprego aos trabalhadores? Como criar condições de exercício de verdadeira cidadania sem ter a educação como máxima prioridade?

Surpreende-me que esse relatório da Unicef não seja o livro de cabeceira do presidente da República ou dos presidentes das comissões de orçamento do Congresso, das assembleias legislativas e câmaras municipais. Surpreendo-me que nenhuma Fiesp ou CUT tenha promovido almoços ou passeatas sobre o assunto. Mas, pelo menos, orgulho-me de ter votado e eleito um governo de estado que, contra as mais terríveis pressões e campanhas, tem na educação a sua maior e mais bela obra:

\* Deputado estadual pelo PDT, e secretário de estado de Administração.